

Ministério Público da União
ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
PORTARIA PGR/MPU Nº 140, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2022, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	400.527.109,69	409.349.040,95	442.116.408,59	800.017.543,91	562.872.736,24	406.095.056,90	403.958.205,42	406.433.951,72	406.144.901,16	414.066.906,44	440.277.357,18	441.479.096,50	5.533.338.314,70	1.713.223,08
Pessoal Ativo	343.208.050,49	351.524.740,15	360.095.712,34	701.060.167,16	475.236.585,42	347.711.067,02	345.007.362,13	347.648.092,18	346.546.570,65	354.716.493,76	380.283.145,98	381.410.263,47	4.734.448.250,75	1.431.325,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	285.888.257,61	294.005.520,71	301.341.941,20	589.998.835,29	418.817.866,28	291.392.586,78	288.765.956,51	291.395.033,01	290.156.777,66	298.311.171,82	324.240.641,93	325.374.670,92	3.999.689.259,72	1.312.912,62
Obrigações Patronais	57.319.792,88	57.519.219,44	58.753.771,14	111.061.331,87	56.418.719,14	56.318.480,24	56.241.405,62	56.253.059,17	56.389.792,99	56.405.321,94	56.042.504,05	56.035.592,55	734.758.991,03	118.413,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.319.059,20	57.824.300,80	82.020.696,25	98.957.376,75	87.636.150,82	58.383.989,88	58.950.843,29	58.785.859,54	59.598.330,51	59.350.412,68	59.994.211,20	60.068.833,03	798.890.063,95	281.897,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	44.539.170,26	44.962.574,13	65.976.907,67	79.756.161,49	67.787.125,60	45.086.192,89	45.730.190,95	45.561.357,74	46.357.915,74	45.987.217,37	46.775.942,69	47.032.758,04	625.553.514,57	212.226,99
Pensões	12.779.888,94	12.861.726,67	16.043.788,58	19.201.215,26	19.849.025,22	13.297.796,99	13.220.652,34	13.224.501,80	13.240.414,77	13.363.195,31	13.218.268,51	13.036.074,99	173.336.549,38	69.670,47
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	57.319.059,20	57.951.957,14	98.811.461,84	63.263.499,35	88.884.665,98	58.502.576,31	58.761.833,24	60.307.217,55	59.372.091,18	59.065.153,57	92.482.144,54	60.273.763,54	814.995.423,44	281.897,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		127.656,34	16.790.765,59	926.555,78	1.248.515,16	209.213,43	4.591,47	1.767.245,67	18.998,61		32.770.458,95	487.456,12	54.351.457,12	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	57.319.059,20	57.824.300,80	82.020.696,25	62.336.943,57	87.636.150,82	58.293.362,88	58.757.241,77	58.539.971,88	59.353.092,57	59.065.153,57	59.711.685,59	59.786.307,42	760.643.966,32	281.897,46
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	343.208.050,49	351.397.083,81	343.304.946,75	736.754.044,56	473.988.070,26	347.592.480,59	345.196.372,18	346.126.734,17	346.772.809,98	355.001.752,87	347.795.212,64	381.205.332,96	4.718.342.891,26	1.431.325,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) ³	4.719.774.216,88	0,378451
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.482.772.421,52	0,600000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.108.633.800,44	0,570000
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	6.734.495.179,37	0,540000

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SUBCON/SPOC/SG, Data de emissão 21/setembro/2022 e hora de emissão 15h e 30m.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 1.599, de 20/9/2022.

3 - Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Auditor-Chefe
Em exercício

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	LIQUIDADAS													
	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	61.122.685,27	61.075.053,56	66.863.496,84	141.141.087,58	86.239.639,56	62.535.877,16	61.211.163,96	61.189.206,49	61.634.756,48	62.788.059,81	70.956.555,18	68.407.498,59	865.165.080,48	60.385,27
Pessoal Ativo	53.657.348,32	53.549.351,89	56.133.972,47	128.797.052,89	74.811.776,71	54.706.483,95	53.433.776,18	53.394.013,01	53.840.174,79	54.956.300,47	62.919.772,09	60.271.070,83	760.471.093,51	60.385,27



Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.997.789,61	45.022.902,36	47.286.147,65	111.963.283,70	66.349.234,18	46.186.896,82	44.921.545,79	44.884.654,42	45.312.936,41	46.507.890,43	54.460.496,88	51.796.873,98	649.690.652,23	49.385,27
Obrigações Patronais	8.659.558,71	8.526.449,53	8.847.824,82	16.833.769,10	8.462.542,53	8.519.587,13	8.512.230,39	8.509.358,59	8.527.238,38	8.448.410,04	8.459.275,21	8.474.196,85	110.780.441,28	11.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.465.336,95	7.525.701,67	10.729.524,37	12.344.034,78	11.427.862,85	7.829.393,21	7.777.387,78	7.795.193,48	7.794.581,69	7.831.759,34	8.036.783,09	8.136.427,76	104.693.986,97	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.841.470,18	5.901.834,90	8.742.590,88	9.848.813,99	8.978.403,15	6.060.457,43	6.076.815,39	6.094.873,39	6.093.711,76	6.107.918,21	6.264.533,64	6.439.833,59	82.451.256,51	
Pensões	1.623.866,77	1.623.866,77	1.986.933,49	2.495.220,79	2.449.459,70	1.768.935,78	1.700.572,39	1.700.320,09	1.700.869,93	1.723.841,13	1.772.249,45	1.696.594,17	22.242.730,46	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (III) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.431.195,07	7.491.559,79	13.240.231,40	7.325.772,47	11.530.252,82	7.812.240,96	7.739.777,09	7.755.409,14	7.870.205,52	7.785.335,01	16.788.720,45	8.090.003,43	110.860.703,15	1.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração			2.544.848,91	18.200,45	136.531,85	23.927,25		6.639,99	122.048,16		8.797.480,33		11.649.676,94	1.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.431.195,07	7.491.559,79	10.695.382,49	7.307.572,02	11.393.720,97	7.788.313,71	7.739.777,09	7.748.769,15	7.748.157,36	7.785.335,01	7.991.240,12	8.090.003,43	99.211.026,21	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.691.490,20	53.583.493,77	53.623.265,44	133.815.315,11	74.709.386,74	54.723.636,20	53.471.386,87	53.433.797,35	53.764.550,96	55.002.724,80	54.167.834,73	60.317.495,16	754.304.377,33	59.385,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	754.363.762,60	0,060488
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 10.120/2019)	1.658.681.220,10	0,133000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.575.747.159,10	0,126350
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.492.813.098,09	0,119700

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável SUBCON/SPOC/SG, Data de emissão 21/setembro/2022 e hora de emissão 15h e 30m.

Notas:
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2 - Portaria STN nº 1.599, de 20/9/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 10, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correções Ordinárias - 2022, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição Ordinária na Procuradoria de Justiça Militar em Manaus, no período de 25 a 27 de outubro de 2022;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SAMUEL PEREIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 266ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2022

Início: 9h21.
Presidência: José de Lima Ramos Pereira. Presentes as(os) Conselheiras(os): Maria Aparecida Gugel, Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Vice-Presidenta), Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto, Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva, Fábio Leal Cardoso (Conselheiro Secretário), Francisco Gérson Marques de Lima e Adriana Silveira Machado. Presente o Presidente da ANPT José Antônio Vieira de Freitas Filho. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo, o Corregedor-Geral do MPT Jeferson Luiz Pereira Coelho, a Ouvidora do MPT Heloísa Maria Moraes Rego Pires.

Deliberações.

I - Cerimônia de recepção e ratificação da posse de Conselheiro(a)s eleito(a)s para compor o Conselho Superior do MPT - BIÊNIO 2022/2024.

Após expressadas as boas-vindas, registrou-se que a Subprocuradora-Geral do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos e o Subprocurador-Geral do Trabalho Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto, eleitos pelo Colégio de Procuradores(as) do Trabalho, no dia 16/08/2022, e as Subprocuradoras-Gerais do Trabalho Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre e Adriana Silveira Machado, eleitas pelos(as) Subprocuradores(as)-Gerais do Trabalho, no dia 26/08/2021, foram empossadas(os) em 06 de setembro de 2022, para o mandato de Conselheira(o) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Biênio 2022/2024. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

II - Aprovação das atas da 265ª Sessão Ordinária e da 217ª Sessão Extraordinária.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, aprovou as atas da 265ª Sessão Ordinária e da 217ª Sessão Extraordinária. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

III - Eleição de Vice-Presidente(a) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 1 ano - (Art. 1º, § 1º, do RICSMPT).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho elegeu, à unanimidade, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos como Vice-Presidenta do Conselho Superior do MPT, para mandato de 01 (um) ano, a contar de 22/09/2022. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

IV - Eleição de Conselheiro(a) Secretário(a) do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 1 ano - (Art. 2º, II, do RICSMPT).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho elegeu, à unanimidade, o Conselheiro Fabio Leal Cardoso como Secretário do Conselho Superior do MPT, para mandato de 1 (um) ano, a contar de 22/09/2022. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO
Auditor-Chefe
Em exercício

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

IV - Feitos deliberados.
01 - Extrapauta - PGEA nº 20.02.0003.0000060/2022-02.
Interessada: Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho - CODEMAT.
Assunto: Consulta formulada com a apresentação das seguintes questões: a) Se haverá a manutenção ou alteração das orientações sobre a forma de registro e distribuição do tema COVID-19 no temário do MPT; b) Sobre a possibilidade de cada PRT ou PTM estabelecer outras formas de distribuição do tema COVID-19, de acordo com o volume de novas NFs e do cenário epidemiológico na regional; e, c) A quem ficará atribuída a tarefa de atualização das Notas Técnicas do GT COVID-19.
Relator: Conselheiro Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto.
Decisão: Retirado de pauta a pedido do Conselheiro relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

02 - PGEA nº 20.02.0001.0007940/2022-90.
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Promoção ao cargo de Procurador(a) Regional do Trabalho em vaga decorrente da aposentadoria da Procuradora Regional do Trabalho Elizabeth Veiga Chaves - Critério antiguidade.
Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.
Decisão anterior: Retirado de pauta a pedido do Conselheiro relator, para análise. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vera Regina Della Pozza Reis. CSMPPT, 217ª Sessão Extraordinária, 29/08/2022.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela recusa à promoção por antiguidade, nos termos do art. 202, § 4º, da LC 75/93, e do art. 129, § 4º, c/c art. 93, II, "d", da Constituição Federal, do Procurador do Trabalho Dr. Cicero Rufino Pereira - 42º colocado na lista geral de antiguidade, abrindo-lhe prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar a manifestação que entender de direito, devendo os autos, transcorrido tal prazo, com ou sem manifestação do interessado, retornar à relatoria, para análise e submissão a este colegiado, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

03 - PGEA 20.02.0001.0010173/2022-36.
Requerente: Escola Superior de Guerra.
Assunto: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) 2023.
Convite para indicação de membros do MPT para participarem de processo seletivo do referido Curso.
Processo sem relator.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela atribuição do Procurador-Geral do Trabalho para apreciar a matéria, devendo os autos serem encaminhados a Sua Excelência. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

04 - PGEA 20.02.0001.0005565/2022-98.
Requerentes: Andrea Nice Silveira Lino Lopes, Daniela de Moraes do Monte Varandas, Fábio Massahiro Kosaka, Luis Paulo Villafane Gomes Santos e Procuradoria Geral do Trabalho.
Assunto: 22º Concurso Público para Procurador(a) do Trabalho - Submissão, ad referendum do CSMPPT, da Portaria 1.277, de 23/08/2022, que designou a Analista do MPU/Serviço Social Tânia Cristina Nascimento da Silva para integrar a Equipe Multiprofissional para Pessoas com Deficiência, constituída pela Portaria PGT nº 1.228, de 09/08/2022, em substituição à Analista do MPU/Serviço Social Ana Cláudia Freire Camargos.
Processo sem relator.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 1.277, de 23/08/2022, que designou a Analista do MPU/Serviço Social Tânia Cristina Nascimento da Silva para integrar a Equipe Multiprofissional para Pessoas com Deficiência, constituída pela Portaria PGT nº 1.228, de 09/08/2022, em substituição à Analista do MPU/Serviço Social Ana Cláudia Freire Camargos. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelmare Barbosa Melo. CSMPPT, 266ª Sessão Ordinária, 22/09/2022.

05 - Extrapauta - PGEA nº 20.02.0001.0005428/2021-17.
Interessada: Procuradoria Geral do Trabalho.
Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPPT nº 185/2021 que cria e regulamenta os Grupos de Atuação Especial Trabalhista no âmbito do MPT.
Relatora: Conselheira Maria Aparecida Gugel.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, acolher a proposição, aprovar e editar a Resolução CSMPPT nº 203, de 22 de setembro de 2022, que altera o artigo 3º, parágrafos 1º, 2º e 3º, e acrescenta os

